



Pag. 03

O fato é que o interesse de grupos privados é apenas por agências que abrangem capitais ou grandes municípios, que apresentam serviços superavitários, deixando de lado as agências localizadas em cidades onde a atividade não é lucrativa. Mais uma vez cabe lembrar que essas localidades são atendidas exclusivamente pelos Correios e, o mais importante, sem aporte de recursos da União.

No caso de privatização, Jailson Pereira, presidente da AACB (Associação dos Analistas de Correios do Brasil), acredita que de imediato o país viveria um apagão postal. “O brasileiro no geral não tem conhecimento de que os Correios são a única empresa que está nos mais de 5500 municípios do país. Será que se privatizarem os Correios vão manter o trabalho nas agências de pequeno porte, nas cidades remotas, que não dão lucro?”, questiona Jailson. Para ele, é preciso fazer uma comparação entre os números dos Correios e os números das outras empresas, já que privatizar também vai significar aumento de custo para o cidadão. “Não se pode deixar de lado a questão das demissões. Quando uma empresa é privatizada, o número de demissões é muito grande. E isso vai contra a política de qualquer governo. O governo precisa refletir e colocar o Brasil, a soberania nacional, em primeiro lugar. Jailson lembra ainda que o pior argumento que vem sendo divulgado quando se fala em privatizar os Correios é a questão de a empresa ter sofrido depredação econômica e ingerência política. “O déficit foi porque quiseram mudar para seguir os padrões internacionais, o que desequilibrou o balanço da empresa. As denúncias de corrupção no Brasil sempre existiram. Não é nem nunca foi exclusividade da empresa A ou B”.

Já para Edilson Pereira Nery, da ANATEC (Associação dos Trabalhadores da ECT), o mercado quer o que é lucrativo e os Correios têm um subsídio cruzado, que é quando as agências que dão lucro cobrem as despesas das agências deficitárias. “Quem vai bancar os Correios nos municípios pequenos? O Estado? Hoje o Estado não banca nada”. Edilson lembra que os Correios ficaram dois anos sem reajuste tarifário e que mesmo assim a estatal jamais deu prejuízo para a União. “Há praticamente quatro décadas que o Estado não coloca dinheiro na empresa”, encerra. A experiência de reestatização do correio da Argentina e os atuais problemas vividos pelos portugueses após a privatização do CTT, o correio português, trazem alertas importantes sobre como as coisas podem dar errado para a população nesses processos. No caso brasileiro, as dimensões continentais do país e as grandes diferenças regionais acrescentam riscos ainda maiores para o sucesso de uma eventual tentativa de privatização dos Correios, tornando uma empreitada dessas uma temeridade para os cidadãos, para as empresas e para o próprio governo.

Com tantas necessidades dos cidadãos a serem atendidas, parece melhor que o governo federal não mexa no que funciona, já que pode, inclusive, utilizar essa infraestrutura já montada para melhorar o atendimento aos cidadãos, como tem demonstrado o projeto “Balcão do Cidadão”, uma parceria entre os Correios e os governos, para facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, por meio da utilização da rede de agências postais.

A posição de terceira instituição pública mais confiável, conquistada e mantida há anos pelos Correios, conforme pesquisas feitas periodicamente junto à população, indica que, ao utilizar mais as agências postais para chegar aos cidadãos, o governo poderá até mesmo melhorar a própria imagem, além de efetivamente atender melhor e com maior conveniência os cidadãos.

Os Correios, com sua infraestrutura pronta e plenamente operacional, constituem uma plataforma de logística, de comunicações e de atendimento importante para a vida dos cidadãos, das empresas e dos governos.

Cuidar bem dessa infraestrutura, potencializando sua utilização em benefício dos brasileiros, é uma missão relevante para o Governo Federal, que deve enxergar os Correios como uma peça fundamental para o desenvolvimento de um país como o Brasil, à sua disposição, em todo o território nacional.